

## A “DEMOCRATIZAÇÃO” DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS NEOLIBERAIS

*Maisa Oliveira Melo Ferraz<sup>1</sup>*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

*Ennia Débora Passos Braga Pires<sup>2</sup>*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

*Marília do Amparo Alves Gomes<sup>3</sup>*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

*José Walter Sampaio Souza<sup>4</sup>*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

**Resumo:** O presente artigo consiste em analisar as consequências que as reformas liberalizantes do Estado têm acarretado para o ensino superior público, especificamente, para se efetivar verdadeiramente uma “democratização” do acesso ao ensino superior. Para alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa de natureza teórico-empírica com a sistematização de leituras de estudos realizados por autores que investigam o tema, dentre eles Franca (2017), Sguissardi (2015) e Silva Junior (2017). Discutir Políticas Públicas de Acesso à Educação Superior torna-se essencial para compreender como vem sendo pensada a democratização e a inclusão a este nível de formação. Neste processo de expansão do ensino superior no Brasil, Sguissardi (2015) destaca que a educação superior no Brasil vive um processo intenso de transformação de um direito ou “serviço público” em um “serviço comercial” ou mercadoria, isto é, um processo de massificação e mercantilização que anula as fronteiras entre o público e o privado-mercantil e impede uma efetiva democratização do “subsistema”. Existem contradições entre o discurso da qualidade e da inclusão social e o real quadro de precarização do ensino superior público, decorrente do aprofundamento da lógica neoliberal em referência a educação superior. Neste sentido, as decisões assumidas pelo Estado Brasileiro pertinentes à estratégia neoliberal possibilitaram e vêm possibilitando de um lado a ampliação da iniciativa privada na política educacional superior e por outro lado têm precarizado o ensino superior público. Além disso, mais do que nunca em tempos neoliberais, a sociedade civil organizada, especialmente a

<sup>1</sup> Analista Universitária da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); graduada em Administração (UESB); Especialista em Gestão Pública Municipal (UESB) e em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (NEIM/UFBA); Mestranda de Educação (UESB); membro do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional (LUDIPPE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas Públicas para a Educação Superior (GEPPPE/UESB). E-mail [maisamf@uesb.edu.br](mailto:maisamf@uesb.edu.br).

<sup>2</sup> Doutora em Educação (UNICAMP); Professora do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHL/UESB) e do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED/UESB); Líder do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional – LUDIPPE. E-mail: [enniadebora@uesb.edu.br](mailto:enniadebora@uesb.edu.br).

<sup>3</sup> Assistente Social na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Mestre em Educação (UESB); membro do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Políticas e Práticas de Ensino (LUDIPPE). E-mail: [mariliaamparo@gmail.com](mailto:mariliaamparo@gmail.com)

<sup>4</sup> Analista Universitário da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) desde 2012, graduado em Administração pela FTC; Especialista em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional (UNIGRAD). E-mail [jwalter@uesb.edu.br](mailto:jwalter@uesb.edu.br).

acadêmica das Universidades formada por movimento estudantil, de docentes e de técnicos, que tem historicamente contribuído para pressionar o Estado na manutenção de conquistas e implantação de novas, estejam atentas e atuantes a pressionar e contrapor à lógica do capital.

**Palavras chave:** Democratização do Acesso. Lógica Neoliberal. Reformas do Estado.

## 1. Introdução

A realidade educacional brasileira ratifica a desigualdade educacional presente na história da educação brasileira desde o período colonial, sendo marcante, conforme destaca Saviani (2007), nos níveis mais elevados de escolaridade devido à grande taxa de exclusão. A educação superior, no Brasil, foi tradicionalmente reservada a determinados grupos na sociedade, ou seja, às camadas da população com maior poder aquisitivo garantindo assim, a manutenção do *status quo*.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela intensificação das lutas em torno do processo de redemocratização do país e da ampliação de direitos sociais então expressos na Constituição de 1988 e tinha como proposição alcançar as minorias, também, protagonistas dessa luta.

Contrariamente, já na década de 1990 inicia-se no Brasil o processo de implementação das reformas neoliberais, que, dentre outras implicações, tem resultado na perda de direitos recém-conquistados pelos trabalhadores e na mudança em torno do papel do Estado, especialmente, no campo das políticas sociais. Este contexto, acrescido das profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais consolidadas no país a partir de práticas patrimonialista, clientelistas, antidemocráticas e excludentes, tornou ainda mais desafiador o processo de democratização de direitos na sociedade.

Em relação ao ensino superior, tal lógica se aprofunda nos anos 2000, em que o governo federal passou a adotar estratégias de expansão de vagas na rede pública, sobretudo, por meio das universidades federais, ao mesmo tempo incentivou a expansão do setor privado, via financiamento público, por meio de programas de governo que objetiva a pretensa “democratização” do acesso a esse nível de ensino, pondo em dúvida a qualidade do ensino e as condições de oferta.

Neste contexto, é preciso compreender o conceito de políticas públicas que, conforme Souza (2006, p. 7), trata-se do campo do conhecimento a qual busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no

rumo ou curso dessas ações”. Do mesmo modo, é preciso entender que as políticas são pensadas, mas estão “assentadas” em determinado modelo, pois como bem destaca Ball (2006, p. 27) “uma coisa é considerar os “efeitos” das políticas sobre as coletividades sociais abstratas, outra é conseguir capturar a interação complexa de identidades, interesses, coalizões e conflitos nos processos e atos das políticas”.

## 2. Brasil em Reforma e a Lógica Neoliberal

Com o advento do neoliberalismo e desmantelamento do papel do Estado brasileiro, conforme apontado por Franca (2017), um conjunto de reformas liberalizantes foram adotadas nos diferentes setores econômicos do país de forma a priorizar os interesses do mercado por meio do incentivo à competição e à obtenção de lucros.

A materialização dos mecanismos de reforma do aparelho de estado, introduzida a partir da segunda metade da década de 1990, por ação do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), do então governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), teve efeitos nefastos sobre as políticas públicas. Adotando o receituário neoliberal para os países da América Latina consubstanciado no âmbito do Consenso de Washington<sup>5</sup>, propõe a plena reformulação da atuação e responsabilidade do poder público e da sociedade civil no âmbito da garantia e efetivação de direitos sociais historicamente adquiridos.

As bases da reforma do Estado brasileiro, segundo Chaves (2010) foram estabelecidas, em 1995, com o governo de FHC, por meio do Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE) que tinha como principais diretrizes a privatização, a terceirização e a publicização. No entanto, a reforma do estado não ficou apenas no âmbito da economia, com a privatização de estatais, por exemplo. No âmbito educacional, o foco estava na gestão. Com a promulgação em 1996 da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi conferido ao Estado Brasileiro o controle e a gestão das políticas educacionais, ao mesmo tempo em que se flexibilizou a oferta da educação superior pela iniciativa privada.

<sup>5</sup> A expressão “Consenso de Washington” decorreu de uma reunião realizada em 1989 no International Institute of Economy, em Washington, com o objetivo de discutir as reformas necessárias para a América Latina. A expressão consagrada a partir daí refere-se ao conjunto de recomendações oriundas da reunião, em primeiro lugar, um programa rigoroso de equilíbrio fiscal a ser conseguido por meio de reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias tendo como vetor um corte profundo nos gastos públicos. Em segundo lugar, impunha-se uma rígida política monetária visando à estabilização. Em terceiro lugar, a desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas. E por fim, uma abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro.



Podemos fazer um destaque ao Art. 7º da LDB (BRASIL, 1996) ao apresentar que “o ensino é livre à iniciativa privada...”. Neste artigo fica claro uma reestruturação da educação superior no Brasil uma vez que admitia, segundo Franca (2017), a existência e o funcionamento de instituições com fins lucrativos.

Em uma análise internacional, que inclui o Brasil, sobre as condições e o perfil dos professores de educação superior, Silva Junior (2017), dialogando com Philip Altbach (2003) e com outros autores, observa que as condições acadêmicas estão se deteriorando como resultado de quatro tendências principais: a massificação da educação superior, a avaliação quantitativa (accountability), a privatização e a comercialização. O contexto desta dinâmica decorre da reforma do Estado e da reestruturação das universidades estatais.

No contexto do Brasil em reforma, as Universidades estatais, neste processo, são colocadas em posição estratégica. A autonomia universitária em geral, especificamente a científica, e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, gradativamente passam a ter sustentação numa equação em que a demanda econômica torna-se a diretriz das investigações. Dessa maneira, o governo cumpre rigorosamente o receituário neoliberal, criando as condições de financiamento e de reconstrução da identidade da instituição universitária, transformando-a em parte do processo de mercantilização do espaço público.

Desse modo, percebe-se a retirada do Estado da Universidade Estatal e a abertura de espaço para a entrada do capital na Educação Superior, ou seja, deixa de ser o garantidor da natureza pública da Universidade, ocorrendo a mercantilização da educação no ensino superior.

Corroborando mais ainda neste sistema, a proposta de Bresser-Pereira da reforma do Estado que passa pela existência de quatro setores dentro do Estado,

(1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as atividades exclusivas do Estado, (3) os serviços não exclusivos ou competitivos, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado. (...) Na União, os serviços não exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 286).

A educação, segundo Bresser Pereira, corresponde a um serviço não exclusivo ou competitivo, por consequência, não possui a relevância que deveria ser dada. Apesar de o estado prover, o mesmo não exerce seu poder extroverso, como ocorre com as atividades exclusivas. Assim, a educação pode também ser oferecida pelo setor privado e pelo setor público não estatal.

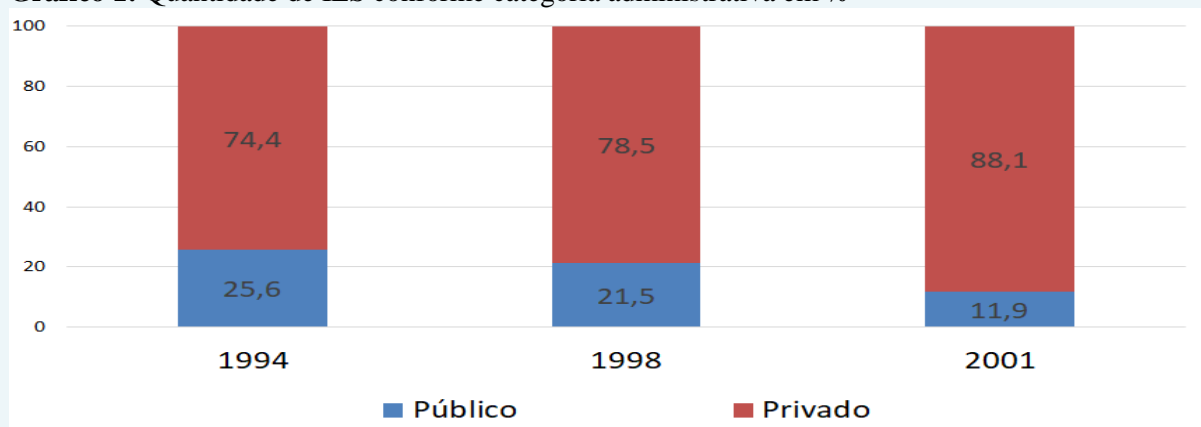
O principal alvo de Bresser-Pereira, segundo Silva Junior (2017) consistia na construção do terceiro setor do Estado e, com ele, de uma nova dimensão para o Estado, ou seja, a mercantil. Neste sentido, as Universidades passaram a executar atividades que antes não lhes eram pertinentes, tais como convênios com empresas privadas ou com associações de moradores para resolver problemas de violência, alfabetização de jovens e adultos, dentre outras, além é claro, de produzir muitas inovações aplicadas, induzidas pelos editais do CNPq, FINEP, no próprio BNDES e fundações estaduais.

Durante o governo de FHC (1995 – 2002) o projeto político pensado foi o de desenvolvimento com a redução do papel do Estado como indutor do mesmo. O então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, ex-vice-diretor do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) em Washington, com a pressão de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o BID, conduziu a um quase desmonte do setor federal de educação superior. Neste contexto, criou o arcabouço jurídico para a legalização do “negócio” da educação superior, através dos Decretos<sup>6</sup> 2.207 e 2.306 de 1997.

A mercantilização da educação superior no país, após a legalização com os Decretos 2.207 e 2.306 de 1997, não se deteve. Pelo contrário, a expansão mercantilizada da educação teve um salto quantitativo enorme correspondendo à lógica expansiva do capital. Com os dados expostos no gráfico 1, percebe-se que, nos três períodos em análise, houve uma predominância das Instituições Privadas de Educação Superior (IPES) sobre as públicas. Em 1994, 74,4% das IES eram privadas, ao passo que apenas 25,6% representavam as públicas. Em 1998, aumentou-se em 4,1% a diferença: isto é, as IPES representavam 78,5% e as públicas representavam 21,5%. Em 2001, a diferença subiu para 88,1% das IPES e as IES públicas representavam 11,9% do total de IES no Brasil. Esses dados expõem a predominância do setor privado-mercantil sobre o público-estatal.

<sup>6</sup> Em 1997, por meio dos Decretos 2.207/97 e 2.306/97, foi estabelecida a legalização do negócio mercantil na educação. Assim reza o Art. 7º deste último “as instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidades lucrativas, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual”. A edição desses decretos, em 1997, vai provocar um movimento sem precedentes de mudança estatutária e de regime administrativo do conjunto das IES privadas, ou seja, provocando uma ampliação das instituições privadas em relação às públicas.

Gráfico 1: Quantidade de IES conforme categoria administrativa em %



Fonte: MEC/INEP, 2003.

Ao se verificar dados mais recentes, do Censo da Educação Superior de 2016, este número é ainda maior, como pode ser observado na tabela 1 que segue, complementada pelo gráfico 2. Diante de tais dados, entendemos que as reformas neoliberais tem acarretado à educação superior a retirada da responsabilidade do Estado do compromisso com a educação e, principalmente, ao Estado se tornar mínimo, tem transferido suas responsabilidades para instituições privadas, deixando de ser uma instituição reconhecida pelo compromisso oferecido à sociedade, fundada na autonomia do saber e na construção do aprendizado.

Tabela 1: Número de instituições de educação superior, por organização acadêmica e categoria administrativa – Brasil – 2016.

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada*
2016	2,407	108	89	10	156	138	1,866	40	-

\*Não se aplica

Fonte: Censo da Educação Superior, 2016.

Diante os dados da tabela 1, pode-se afirmar que estando o ensino organizado com as perspectivas da economia de mercado, como abordado por Bechi (2011), os cursos superiores começaram a sofrer diversas mudanças internas. Além disso, por estarem em consonância com o modelo empresarial, destaca que os interlocutores do processo de ensino e aprendizagem assumiram novos papéis na estrutura do ensino,

O aluno passou a ser considerado cliente e o professor assumiu a função de prestador de serviços. Para atender aos desejos dos

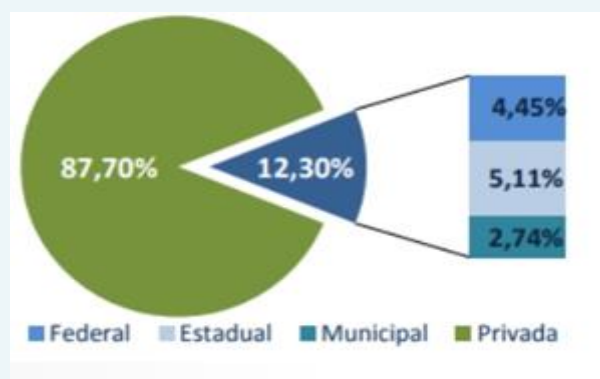


alunos/clientes os resultados a serem obtidos são de natureza imediata. As disciplinas de humanas e sociais estão sendo extintas, restando apenas às disciplinas específicas referentes aos cursos oferecidos. Com a retirada dessas disciplinas, a duração dos cursos é encurtada, custos das mensalidades. Ao torna-las mais acessíveis à população, há aumento da competitividade da instituição no mercado educacional (BECHI, 2011, p. 144).

Diante disso, Bechi (2011) frisa que o modelo atual de ensino ignora as tendências interdisciplinares e a necessidade de uma formação que desenvolva a criatividade, a capacidade de compreender a si e aos outros, antes mesmo de entender questões técnicas.

No exposto no gráfico 2 a seguir, observa-se que 87,7% das instituições de educação superior são particulares, ficando apenas 12,30% para a categoria pública. Das instituições de ensino superior que são públicas, a distribuição está assim dividida: 4,45% na esfera federal, 5,11% na esfera estadual e 2,74% na esfera municipal.

**Gráfico 2:** Percentual de instituições de educação superior, por categoria administrativa - Brasil – 2016



Fonte: Censo da Educação Superior, 2016.

A partir de 2003, com os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016)<sup>7</sup>, foi mantida a continuidade nesse aprofundamento mercantil da educação superior brasileira. Tais governos, caracterizados como governos de conciliação de classe, permaneceram na essência a manutenção da ordem, fundamentada nos princípios burgueses, que constituíram a política de ensino superior alinhada à lógica da hegemonia às avessas, ou seja, não obstante o discurso de democratização, acesso, financiamento e cotas no ensino superior, essas políticas na teia da complexa relação do processo expansivo do capital

<sup>7</sup> Após as eleições de 2014 o cenário político brasileiro atravessou rupturas que impactaram no cenário econômico. Com apoio da mídia, a elite política financeira brasileira mobilizou manifestações públicas exigindo a destituição da presidenta legitimamente eleita acusando-a de ter cometido crime de responsabilidade fiscal, este movimento culminou em 2016 no “impeachment” de Dilma Rousseff, assumindo a presidência o seu vice, Michel Temer.

financeirizado representaram medidas que foram tomadas para que a educação superior continuasse um nicho mercantilista altamente rentável.

Em 2007, uma nova forma de expansão mercantilizada se estabeleceu no Brasil, pois neste ano, conforme abordado por Sguissardi (2015), com a inserção de fundos de investimento, algumas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) começaram abrir capital no mercado de ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), através da Oferta Pública Inicial ou Initial Public Offering (IPO) dando um passo decisivo em relação tanto à mercantilização da educação superior quanto à oligopolização do setor.

Esse movimento representou uma nova forma de expansão capitalista para os empresários da educação superior, impulsionando a educação-mercadoria e extraindo lucros por intermédio de vendas de cursos, obtendo financiamento público, além da própria venda de ações.

O Estado nacional, então, tem sua soberania ameaçada com potência de servidão voluntária financeira, ou melhor, passa a atuar restritamente conforme as exigências de mercado onde o maior interesse é com o mundo da lucratividade e não mais com a nação. Com as novas ordenações, no caso, focando a educação superior, o fato das universidades buscarem atender ao mercado capitalista, está ocasionando alguns problemas, dentre eles limitar e empobrecer os conteúdos, assim como tem empobrecido as reflexões e o modo de pensar do acadêmico.

O resultado dessas políticas para a universidade pública resultou no contingenciamento de recursos públicos, que passaram a ser angariados junto ao setor privado em troca da prestação de serviços, na desvalorização da carreira docente, defasagem nos quadros de servidores e, conseqüentemente, na progressiva precarização do ensino. Por meio dessa política, a universidade tornou-se permeável aos parâmetros de mercado, cujo foco se desloca da busca da qualidade socialmente referenciada para a obtenção de melhores resultados com menores custos.

Segundo Mancebo (2009), essa política fomentou a adoção da máxima racionalização de recursos para as instituições federais, com o governo informando para as instituições que “mantém” sobre a necessidade de elevar os níveis de “eficiência” e de “responsabilidade social” (expansão da matrícula, dos indicadores da relação professor/aluno), mas contendo gastos com o consumo.

Diante este contexto de massificação e expansão da educação superior, conforme lembra Paula (2017) ao citar Paula e Silva (2012), não se esgota o projeto de democratização



da educação superior. Destaca ainda que esse processo só se completará se tiver uma proporcionalidade igualitária de crescimento na taxa de concluintes, com incorporação crescente das camadas subalternizadas socialmente. É fundamental ao final do processo validar a conclusão com êxito dos cursos superiores, integrando nesses índices as camadas sociais historicamente excluídas do ensino superior, com a garantia de qualidade na formação. Segundo Paula e Silva (2012, p. 7) *apud* Paula (2017), “a vigilância constante sobre a qualidade dos cursos de graduação, as taxas de conclusão e o perfil socioeconômico dos concluintes e dos que evadem nos parece essencial, não apenas para atestar ou não o sucesso do processo como para produzir feedbacks sobre as políticas adotadas”.

Neste sentido, políticas e/ou programas têm sido formuladas pelas universidades para o ingresso e a permanência de diferentes grupos sociais no Ensino Superior. No entanto, ao se implantar Políticas desta natureza faz-se necessário a avaliação das mesmas de modo a permitir uma prestação de contas do governo à população bem como propor possibilidades de avanço nas políticas instituídas.

### 3. Conclusões

As ordenações assumidas pelo Estado Brasileiro concernentes à estratégia neoliberal possibilitaram e vêm possibilitando de um lado a ampliação da iniciativa privada na política educacional superior e por outro lado tem precarizado o ensino superior público. Neste contexto, a mercantilização da educação superior tem gerado implicações que afetam diretamente na qualidade do ensino, alterando, inclusive, o perfil do estudante que deve se adequar à lógica do mercado.

Vale ainda ressaltar que este processo de expansão do ensino superior no Brasil, como bem salientado por Sguissardi (2015), tem ocasionado à educação superior no Brasil a vivência de um processo intenso de transformação de um direito ou “serviço público” em um “serviço comercial” ou mercadoria, isto é, um processo de massificação e mercantilização que anula as fronteiras entre o público e o privado-mercantil e impede uma efetiva democratização do “subsistema”. Neste dilema entre democratização ou massificação mercantil é fundamental investigar como se tem dado o acesso à educação superior, à permanência e ao sucesso ou insucesso dos titulados no mercado de trabalho.

Diante tais questões expostas, ao falar em democratização do acesso ao ensino superior em tempos neoliberais torna-se ainda mais desafiador. Não se pode falar em

democratização sem se verificar algum grau importante de igualdade de condições para todos os almejanos a uma vaga na educação superior. E a partir do momento que se encontrem na Universidade, é essencial se ter ações institucionais que promovam as condições de permanência com sucesso até a titulação. Caso contrário, estará ocorrendo o fenômeno, denominado “exclusão dos incluídos”, apresentado por Sawaia (2001) ao analisar a dialética exclusão-inclusão.

Vale destacar que a partir do momento em que a educação se torna objeto de interesse de indivíduos que priorizam o lucro em detrimento da qualidade do ensino, essa se distancia dos princípios democráticos e gradativamente vai perdendo a sua origem, ou seja, da função primordial de ser transformadora ou, aliás, emancipadora de ideias e de conhecimento, capaz de modificar os homens e a sociedade em que vivem.

Além disso, como bem destaca Vieira (2016) a educação como direito da sociedade corresponde ao dever do Estado em assegurá-la, no entanto a visão mercantilista adotada no campo educacional demonstra a tendência em fortalecer o mercado capitalista em detrimento da ampliação da educação como um direito.

Neste sentido, mais do que nunca em tempos de práticas “fiéis” à cartilha neoliberal, a sociedade civil organizada, especialmente a comunidade acadêmica das universidades, formada por movimento estudantil, de docentes e de técnicos, que têm historicamente contribuído para pressionar o Estado na manutenção de conquistas e implantação de novas, precisa estar atenta e atuante para pressionar e contrapor à lógica do capital, que tem precarizado e sucateado cada vez mais o ensino superior público.

#### 4. Referências

BALL, Stephen. Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-Social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/ball.pd>. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, Jul./Dez. 2006.

BECHI, Diego. Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 33, n. 1, p. 139-147, Jan. 2011.

BRASIL. **Lei Federal n. 9394, 20 dez. 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil** - para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34. 1996.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ.Soc.**, v. 31, n. 111, 2010, p. 481-500, Abr./Jun. 2010.

FRANCA, Acson G. **Educação e mercantilização**: um estudo sobre a expansão do setor de Ensino Superior privado no Brasil a partir da década de 1990. *Revista Brasileira de Ensino Superior*, Passo Fundo, v. 3, n. 1, p. 98-111, Jan./Mar. 2017.

MANCEBO, Deise. Política da educação superior: velhos temas e novos desafios. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRAL NETO, Antônio; NASCIMENTO, Ilma Vieira (Org.). **Políticas para a Educação Superior no Brasil**: velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009, v.1, p. 15-24.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 301-315, Ago. 2017.

SAWAIA, Bader Burihan. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. In: SAWAIA, Bader Burihan (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, Dez. 2015.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **The new Brazilian University**: a busca por resultados comercializáveis para quem? 1. ed. Bauru: Canal 6, 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, UFRGS, IFHC, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em <http://scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>.

VIEIRA, Juçara Dutra. Direito à Educação e Valorização Profissional: o papel do Estado e da sociedade. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 25-35, Jan./Jun. 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/648>